

Habite-se: vereadores cobram fim da burocracia para evitar ilegalidades

A frase "Criar dificuldades para vender facilidades" foi usada por vários vereadores para exemplificar situação da pasta

TÂNIA MORBI

Os vereadores repercutiram durante a sessão da Câmara desta segunda-feira (26) a ação do Ministério Público do Estado de São Paulo que, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), cumpriu mandados de busca e apreensão na residência de um construtor e de um funcionário da Secretaria de Planejamento (Seplan) de Bauri, na última quinta-feira (22), em investigação por possível prática de corrupção. Uma reação será a convocação, pela Comissão de Obras e Serviços, de funcionários da pasta para explicações a respeito dos processos na emissão de documentos (leia mais logo abaixo).

Os mandados de busca e apreensão foram deferidos pela 2.ª Vara Criminal da Comarca de Bauri, no âmbito de investigação realizada pelo Gaeco, que apura possível prática de

FACILITADOR

Burocracia ajuda a criar corrupção, avaliaram diversos vereadores

corrupção passiva, por meio da cobrança irregular para emissão de autos de conclusão de obras ou habite-se.

O primeiro a comentar foi o presidente do Legislativo em exercício, Guilherme Berriel (MDB), que lembrou de reunião realizada na Casa para tratar da liberação dos processos na Secretaria de Planejamento. "Eu espero que justiça seja feita. Este tipo de situação não pode mais acontecer na cidade. Quem estiver envolvido nesta patifaria tem que pagar o preço, perder o emprego, porque a população não aguenta mais", afirmou.

Eduardo Borgo (PMB) opinou que o servidor suspeito de

Depois de uma semana cheia, há apenas alguns dias, a sessão de ontem foi de tranquilidade



envolvimento não deve ter agido sozinho e que, em breve, a investigação deve "apontar novidades", se referindo a possíveis outros envolvidos.

CULTURA

Para José Roberto Segalla (União Brasil), uma forma de evitar práticas ilegais no setor público é tornar os processos menos burocráticos. Por isso, o vereador também citou as diversas reuniões realizadas com Executivo para tratar do assunto.

Segalla lembrou que esta não é a primeira vez que o Gaeco apura irregularidades na secretaria. "Isso não é deste governo, isso é antigüíssimo, faz parte quase que da cultura deste

tipo de atividade. É bom que a prefeita lancete este tumor, que use o bisturi e cavouque, porque vai achar coisa muito ruim lá, infelizmente", lamentou. O experiente vereador reforçou a importância de que a própria prefeitura, assim como a Seplan, tomem providências para evitar outras ocorrências.

Mané Losila (MDB) também se posicionou cobrando da prefeitura para que agilize os processos na liberação de documentos além do habite-se. "É inadmissível que se acabe uma construção e não tenha o habite-se para ter chaves liberadas. Também em relação aos alvarás e certidões, o processo precisa ser ágil", afirmou.

INVESTIGAÇÃO

De acordo com o promotor Daniel Passanezi Pegoraro, responsável pela investigação, uma denúncia feita por uma vítima que recebeu a cobrança indevida para liberação de uma área em um loteamento da cidade deu início às investigações pelo Ministério Público, pelo Gaeco.

A partir de então, tiveram início as investigações que levaram ao cumprimento dos mandados na casa do funcionário da Seplan, que seria o autor do pedido de propina, e do construtor responsável pelo empreendimento, que teria feito a mediação entre o funcionário e as vítimas, segundo a polícia apurou.

Habite-se: Meira vai convocar servidores, 'até abrir o bico...'

Sobre a ação dos Gaeco, Coronel Meira (União Brasil), presidente da Comissão de Obras da Câmara adiantou que convocará os servidores da Secretaria de Planejamento para exigir explicações a respeito da liberação dos documentos. Em caso de identificar irregularidades, adiantou que encaminhará para o Ministério Público e para a Corregedoria da prefeitura. Meira deu relatos de profissionais da área que o procuraram, após a divulgação da investigação, para confirmarem as dificuldades para obter os documentos, comparando com cidade próximas, onde o mesmo processo que em Bauri leva dois anos para ser concluído é encerrado em seis meses. "A Câmara tem que dar um basta nisso, porque a prefeita não faz. Então, como presidente da Comissão de Obras e Serviços, a partir de segunda-feira vou convocar servidor por servidor responsável pela emissão destes documentos, e vamos ter que saber por que está demorando. Vai ser convocado quantas vezes for necessário, até abrir o bico, porque tenho certeza que eles estão sendo pressionados a fazer isso de forma proposital", afirmou Meira.

Recursos a entidades

Três projetos que estavam na pauta da sessão desta segunda (26), para primeira discussão, foram aprovados também em segundo turno, com a realização da 34ª sessão ordinária e, em seguida, da 13ª sessão extraordinária. Foram aprovados em definitivo projetos do Executivo que autoriza o município a receber um imóvel em doação para o sistema viário e dois que garantem repasse de recursos para entidades assistenciais do município. O projeto de lei que previa a abertura de crédito especial no orçamento deste ano foi sobrestado por uma sessão pelo vereador Pastor Edson Miguel (Republicanos).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política **Página:** 3